

A opinião pública às vésperas do golpe de 1964

Demian Bezerra de Melo

Pierre Bourdieu, em texto conhecido, não teve muitas dúvidas ao dar-lhe o título de “A opinião pública não existe” (1983), um ponto de referência na abordagem crítica do tipo de documentação que esta edição da revista *Marx e o Marxismo* apresenta aos seus leitores. As famosas pesquisas de opinião pública feitas pelo Ibope às vésperas do golpe de Estado de 1964,¹ nesse meio século de distância, hoje nos colocam diante de um artefato que pode contribuir para a desconstrução da narrativa oficial do regime ditatorial militar brasileiro. Afinal, em inúmeros discursos, não é comum escutar que “o povo brasileiro pediu a intervenção dos militares para deter a ascensão do *comunismo* no Brasil”?

Inéditos por mais de vinte anos – notadamente, ao longo de todo o período ditatorial – o relatório referente à pesquisa realizada entre 9 a 26 de março de 1964 – num universo de 500 pessoas entrevistadas no Rio e em São Paulo, e 400 nas outras capitais (Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre) – demonstrou a enorme popularidade do presidente deposto. Reveladas só em 1989 pelo cientista político Antonio

Lavareda, em comunicação ao XIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (citada em BANDEIRA, 2001: 185), os dados também informam a enorme aceitação às propostas reformistas defendidas por João Goulart e pelo círculo político que o apoiava, dos trabalhistas aos comunistas, passando pelos cristãos progressistas e algumas alas do Partido Social Democrático (PSD). Sobre os comunistas, as amostragens são também reveladoras de uma ampla rejeição à proposição de legalização do Partido Comunista, o que curiosamente parece dar razão à já mencionada narrativa oficial da ditadura.

Afinal, é preciso ter claro que o apoio à legalização do Partido Comunista implicava para muitos, mesmo que de forma mediada, algum grau de simpatia pela agremiação e, mais importante, pela proposta comunista (ainda que a compreensão desta pudesse ser difusa). No mundo do século XXI, onde para a maioria das pessoas é mais fácil acreditar na destruição da vida na terra do que no fim do capitalismo, a opção pelo comunismo como proposta societária pode parecer temerária, e isso não só é resultado de

¹ “Resultados comparados da pesquisa de opinião realizada nas cidades de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.”, 9 a 26 de março de 1964. Fundo Ibope, MR/0277, Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, Campinas (SP).

campanhas ideológicas da direita, mas principalmente do próprio fracasso das emblemáticas tentativas de construção de “um outro mundo possível”. Todavia, nos anos 1960 o cenário era bem outro. Mesmo lá não se tratava de uma opção qualquer, equidistante a outras alternativas, como se estas estivessem dispostas num hipotético supermercado de ideologias políticas, como se a opção pelo conservadorismo católico, pela apatia ou mesmo pelo fascismo resultasse no mesmo tipo de consequência para os sujeitos sociais que aquela pela revolução socialista. É claro, cidadãos de espírito democrático, e até mesmo pessoas não simpáticas ao próprio governo Goulart, apoiavam o retorno à legalidade da agremiação comunista, sem falar do restante do amplo espectro da esquerda daquela época (trabalhistas, socialistas, trotskistas, católicos da AP etc.). Ideia anatematzada pelo noticiário político e nos sermões das mais longínquas paróquias dos grotões do Brasil naquela época, no mês de março de 1964 não era assim uma resposta simples afirmar para um indivíduo

desconhecido (o eventual pesquisador do Ibope) uma opinião favorável à legalização do PCB. Sem considerar as condições de produção de tal documento, o mesmo pode se prestar também à mistificação, quase como fosse uma espécie de retrato dessa coisa chamada “opinião pública”.

Ora, se o revisionismo historiográfico, há dez anos, encantou os meios midiáticos com a reabilitação daquela narrativa oficial no que tange à ideia de que também Goulart pretendia um golpe, ou mesmo que “as esquerdas não tinham apego à democracia”, nos últimos anos essa operação revisionista diz estar inovando nosso conhecimento sobre aquele período apontando para a existência de um “silêncio” (fabricado) sobre o apoio da sociedade ao golpe e à ditadura.

Em mais de um lugar já tivemos a oportunidade de desenvolver essa crítica, e aqui não seria o caso de retomá-la (Cf. MELO, 2013 e 2014). A intenção aqui é apenas disponibilizar essa preciosa documentação para a consulta dos pesquisadores e interessados em geral.

Referências

- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart e as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: Ed.UNB, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. A opinião pública não existe. In. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p.173-182.
- MELO, Demian Bezerra de. Revisão e revisionismo historiográfico: os embates sobre o passado e as disputas políticas contemporâneas. *Marx e o Marxismo*, Niterói, v.1, pp.49-74, 2013.

_____. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão.
In. MELO, Demian Bezerra de (org.). *A miséria da historiografia: uma crítica ao re-
visionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p.157-188.

Recebido em abril de 2014

Aprovado em maio de 2014